

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Do Sr. Carlos Souza)

Altera os arts 1.071, VIII, 1.072, § 4º, e 1.103, VII, da Lei nº 10.406, de 2002, para substituir o termo “concordata” pela expressão “recuperação judicial ou extrajudicial”, adequando-os ao contexto da Lei nº 11.101, de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera os arts 1.071, VIII, 1.072, § 4º, e 1.103, VII, da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, que “Institui o Código Civil”, para substituir o termo “concordata” pela expressão “recuperação judicial ou extrajudicial”, adequando-os ao contexto da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que “Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”.

Art. 2º O inciso VIII do art. 1.071, o § 4º do art. 1.072 e o inciso VII do art. 1.103 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.071. ....

.....

VIII – o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;

.....

Art. 1.072. ....

.....

§ 4º No caso do inciso VIII do artigo antecedente, os administradores, se houver urgência e com autorização de titulares de mais da metade do capital social, podem requerer recuperação judicial ou extrajudicial.

.....  
 Art. 1.103. ....

.....  
 VII – confessar a falência da sociedade e pedir recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com as formalidades prescritas para o tipo de sociedade liquidanda;

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação  
 oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

Já se passaram mais de dez anos de início de vigência do atual Código Civil, bem como já se assentaram as bem postas inovações que a Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, que entrou em vigência há mais de oito anos.

É mais que passado o tempo de que a Lei Geral Substantiva tenha seu contexto adaptado às disposições da norma especial, inclusive para que se evitem dúvidas sobre a eliminação do vetusto e ultrapassado instituto da concordata por outros, mais modernos e eficazes, como os da recuperação judicial e extrajudicial.

Por tal razão, que se justifica por seus próprios e objetivos termos, propomos a atualização do texto do Código Civil, para o que contamos com o apoio dos membros desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2014.

**Deputado CARLOS SOUZA**